

Suspensão dos pagamentos é mais forte que a moratória

A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa decidida anteontem pelo governo promete ser mais profunda do que a moratória unilateral e conflitiva decretada pelo ex-ministro Dilson Funaro, em fevereiro de 1987. Para começar, não foram pagos anteontem US\$ 812 milhões devidos ao Clube de Paris, instituição de crédito oficial dos países europeus que Funaro excluiu de sua moratória. Anunciada com estardalhaço político pelo presidente José Sarney, a moratória de 87 limitou-se a suspender o pagamento dos juros da dívida de médio e longo prazos.

Mesmo assim, o Ministério da Fazenda evita chamar essa suspensão dos pagamentos de "moratória". E o ex-ministro Mário Henrique Simonsen qualificou-a de "moratória educada", comparando-a com a deflagrada pelo ex-ministro Delfim Neto, em 1982. Nas duas situações — em 82 e agora em 89 — evitou-se o conflito direto com os credores.

Para os economistas que estudam o setor externo, a moratória do ministro Máílson da Nóbrega era previsível e teve a qualidade de preservar preventivamente as reservas cambiais. Porém, eles não a consideram capaz de evitar a hiperinflação. Para Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE e um dos autores do Plano Cruzado, a moratória evita o colapso cambial "mas corre o risco de deteriorar a confiança dos detentores da dívida interna, vital para evitar a hiperinflação". Ou seja, se a hiperinflação

pode ser evitada pela preservação das reservas cambiais, virá pela crise de confiança da dívida interna, que leva o investidor a reduzir suas aplicações financeiras em títulos do governo, provocando uma vigorosa expansão da moeda com o pagamento dos vencimentos sem que o governo disponha mais do mecanismo de refinanciamento com a venda de seus papéis.

Já o economista Paulo Guedes, diretor do Banco Pactual, aposta que a hiperinflação chegará dentro de dois ou três meses. "Se o governo conta mesmo que a hiperinflação virá em curtíssimo prazo, é preferível enfrentá-la com reservas cambiais, do que sem elas", afirma Guedes, elogiando a interrupção dos pagamentos dos juros, embora reconheça que essa situação elimina qualquer possibilidade de obtenção de empréstimos externos.

Autor de um documento sobre a crise da economia brasileira encomendado recentemente pelo presidente Sarney, Paulo Guedes critica a ausência de um programa econômico para o atual governo chegar ao seu fim e classifica essa moratória de "inercial", desprovida de qualquer força de reação, "uma trágica confissão de que nada se tem a negociar com os credores".

Edmar Bacha alerta para o perigo de aumentar ainda mais o ágio do dólar paralelo, que provoca uma pressão muito forte para saída de capitais do Brasil, agravando a crise cambial.

Sueli Caldas/AE-Rio